

Resolução da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda

18 de junho de 2023

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda apreciou a situação política nacional e internacional. Em particular, foram apreciadas as lutas pela valorização dos salários e dos serviços públicos - dos profissionais da educação em defesa da escola pública às mobilizações pelo SNS - ou pelo direito à habitação, além das marchas do orgulho LGBTI+, que enfrentam novas resistências e ataques transfóbicos. O Bloco está solidário com as reivindicações destes movimentos contra a prepotência e a falta de respostas da maioria absoluta, destacando as próximas iniciativas populares, convocadas pelo movimento Casas Para Viver, no dia 22 de junho, e pela CGTP, dia 28 de junho.

1. Foi debatida a campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira. A Mesa reitera a afirmação da Convenção Nacional, que aponta o Bloco como a alternativa solidária à coligação de interesses de todas as direitas e ao imobilismo do PS. O regresso do Bloco à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira reforçará os combates da esquerda e a oposição à promiscuidade entre o setor público e os poderosos grupos privados da Região Autónoma.

2. A morte de cerca de quinhentos refugiados junto às costas da Grécia não foi um acidente trágico, foi um crime sem nome resultante de políticas irresponsáveis dos governos europeus. O Bloco reafirma a sua condenação das políticas de fechamento da UE a quem aqui procura refúgio e horizontes de vida e junta-se a todos os que lutam, ao lado dos migrantes e refugiados, por uma política que tenha no respeito pelos direitos humanos a única prioridade.

3. O Bloco de Esquerda reitera a sua condenação da guerra de agressão que grassa na Ucrânia e a necessidade da retirada das tropas russas. Impõe-se a imediata paragem da guerra, de modo a abrir caminho à diplomacia e à realização de uma Conferência de Paz. É neste contexto que o Bloco condena o gigantesco exercício militar “Air Defender 23”, conduzido pela NATO em território alemão entre 12 e 23 de junho, que contribui para a escalada da tensão em torno da guerra na Ucrânia. Os povos da Europa defendem a paz e o fim de uma guerra catastrófica e de consequências imprevisíveis.

4. O Bloco retira três principais conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP: i) a privatização da TAP em 2015 não cumpriu os objetivos anunciados, tendo a sua suposta capitalização privada sido realizada com recursos da própria TAP, que ficou desprotegida para enfrentar a situação de pandemia. O caso da TAP é mais um exemplo de que os processos de privatização conduzem à dissolução da capacidade estratégica e do valor económico das empresas e oportunidades para a concentração internacional da propriedade destes bens comuns; ii) a gestão pública da TAP tutelada pelo governo do PS não esteve à altura da importância estratégica de empresa, como se demonstra pela adoção de práticas privadas no pagamento de prémios e indemnizações a gestores públicos. A CPI teve um papel importante em denunciar e alertar para essas práticas, porque a propriedade pública deve ser acompanhada de uma gestão transparente e exigente; iii) apesar das várias declarações nesse sentido por parte de governantes do PS, o processo de privatização da TAP já em curso não oferece quaisquer garantias de proteção do interesse público.

5. O Bloco de Esquerda está a acompanhar o fim dos projetos piloto do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) e está atento para que se cumpra a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na concretização da Lei que está a ser preparada pelo Governo.

6. Sobre a Escola Pública, o Bloco de Esquerda acompanha as dificuldades estruturais e emergentes, visíveis no final do ano letivo, como a pertinência das provas de aferição ou os serviços mínimos para as greves. Acompanhará o início do ano letivo, momento em que a falta de professores se tornará mais visível no número elevado de alunos sem aulas em algumas disciplinas.

5. Além de um conjunto de comícios e encontros em vários distritos, a Mesa Nacional agendou duas grandes iniciativas nacionais, nas quais apela à participação. De 27 a 31 de julho, no concelho de Oliveira do Hospital, realiza-se o Liberdade, acampamento nacional de jovens do Bloco de Esquerda. Em setembro, no regresso do período de férias, o Fórum Socialismo acontecerá na cidade de Viseu, entre 8 e 10. Em novembro, no dia 4, reúne-se a Conferência Nacional de Jovens.

Em face da situação de seca em todo o território nacional, a Mesa Nacional debateu e aprovou a seguinte resolução temática.

POLÍTICAS RESPONSÁVEIS PARA RESPONDER À ESCASSEZ DE ÁGUA

A situação de seca verifica-se em todo o território de Portugal continental e está a agravar-se. Em maio, as regiões Norte e Centro encontravam-se em seca moderada e a região Sul em seca severa ou extrema. Todas as bacias hidrográficas estão em estado de seca; no último ano, as bacias a sul nunca deixaram de o estar.

Nas últimas décadas, em Portugal e Espanha, a precipitação diminuiu cerca de 15%, prevendo-se que essa diminuição se acelere até ao final do século. Os estudos são claros: tanto a pluviosidade como os caudais vindos de Espanha continuarão a diminuir. Nos cenários traçados pelos atuais Planos de Gestão dos Recursos Hídricos do Mira, Sado, Guadiana e Ribeiras do Algarve, a futura redução de disponibilidade nestas bacias é estimada acima de 50%.

Este cenário é a expressão mais evidente de como a crise climática está a afetar o nosso território. A seca e os incêndios são, na verdade, a linha da frente da desertificação causada pela contínua queima de gases com efeito de estufa. São necessárias medidas para combater a seca e evitar a desertificação mas também para travar as alterações climáticas. Parar projetos como a expansão do terminal de gás em Sines, é o mínimo.

Perante este quadro, há erros fundamentais a evitar na tomada de decisões: desvalorizar a diminuição da disponibilidade de água como um fenómeno episódico; adotar políticas que visem proporcionar o aumento do consumo de água em setores não essenciais ou em que alternativas com uso eficiente da água existem, como o caso do regadio na agricultura, sem corrigir assimetrias territoriais; secundarizar as políticas de gestão da procura a nível setorial.

A agricultura consome mais de 75% da água captada em Portugal, sendo que apenas 15% da área agrícola é irrigada. Esta pequena fração, em que domina a agricultura intensiva e super-intensiva - de elevado valor económico mas com pouco contributo para emprego local de qualidade, alimentação saudável e desenvolvimento rural - consome (e contamina) larga parte dos recursos hídricos disponíveis. Salvo medidas pontuais de contenção do consumo

de água em períodos de maior escassez, como a recente moratória a novas culturas de abacate no Algarve ou de frutos vermelhos no Alentejo, o que está previsto é a expansão da área de regadio em 127 mil hectares e a manutenção dos subsídios públicos, com a cobrança da água muito abaixo do seu custo. Tudo em nome de um modelo agrícola sem futuro, por mais eficiente ou verde que se apresente. A expansão do regadio serve os lucros de uns poucos empresários (à custa dos milhões da PAC), mas não serve objetivos de assegurar uma alimentação acessível, saudável e sustentável e a democratização dos sistemas alimentares, ou seja, a soberania alimentar de Portugal: 90% das áreas regadas com água do Alqueva são de produção intensiva de azeite e amêndoa para exportação.

Estes interesses definem o debate público sobre a questão da água, centrando-o nas grandes obras impostas pelo aumento do regadio: mais barragens, transvases das bacias de norte para sul, dessalinização. Ora, a artificialização dos cursos de água está legalmente condicionada à inexistência de alternativas viáveis e os rios e restantes massas de água devem ter boa qualidade química e ecológica, independentemente das utilizações humanas, com caudais ecológicos e a continuidade fluvial. Além disso, há outras atividades económicas, como a pesca, o turismo, entre outras valências, que dependem da manutenção das condições naturais dos cursos de água e das bacias hidrográficas.

Note-se que Portugal não está a cumprir a Diretiva Quadro da Água que obriga que todas as massas de água atinjam o Bom Estado Ecológico em 2027. Verifica-se que 45% das águas superficiais não atingem este objetivo, nem tem havido uma melhoria entre ciclos de planeamento. Nas águas subterrâneas, descem os níveis freáticos nos principais aquíferos do país e, em casos como o do Algarve, há intrusão salina. O aumento das áreas regadas irá agravar esta situação.

O debate necessário é, pois, sobre a diminuição do consumo global de água, uma melhor distribuição do acesso para consumos fundamentais e a recuperação de práticas que permitam regenerar e reter água, designadamente na agricultura. Com esse objetivo devem avançar medidas em três áreas fundamentais, cuja urgência é acentuada pela oportunidade do recurso combinado aos fundos da PAC e do PRR.

1) Nova gestão dos recursos hídricos

O uso e a gestão da água têm de obedecer ao interesse público. Para isso, o Estado tem de ter capacidade de monitorização e intervenção.

A gestão dos recursos hídricos deve ser realizada de modo integrado por bacia hidrográfica, tal como preconiza a diretiva-quadro, em modelos desconcentrados e através das Administrações de Região Hidrográfica (AHR), que devem ser dotadas dos meios técnicos e humanos necessários. Estas entidades foram destruídas pelo governo Passos Coelho, passando de Direções Gerais a meras Direções de serviços, com redução dos meios disponíveis. O governo PS recusou repor a situação anterior. Ao mesmo tempo, desapareceu o Instituto da Água. Numa época de grande exigência, os recursos hídricos foram centralizados na Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e subalternizados a nível local, já que os Conselhos de Região Hidrográfica (onde estão representados municípios, ministérios, organizações técnicas e científicas) não são ouvidos sobre as medidas a adotar. Os planos de combate à seca (designados por Planos de Eficiência Hídrica, de extraordinária importância) não saíram do tinteiro, à exceção (incipiente) do Algarve. Por contraste: este tipo de planos está em discussão pública em todas as regiões do Estado

espanhol.

Repor o Instituto da Água e recuperar a autonomia das Administrações de Região Hidrográfica, reforçar a articulação com as entidades regionais (e com as autoridades espanholas na gestão das bacias hidrográficas internacionais), além de instituir mecanismos de participação das comunidades na gestão e controlo dos recursos hídricos, são passos decisivos para dotar Portugal da capacidade fundamental de planeamento e intervenção.

2) Mudança de modos de produção

O plano de expansão do regadio deve ser amplamente revisto no imediato com o objetivo de reabilitar os perímetros existentes (há perdas superiores a 35%), de apoiar projetos de menor escala que permitam uma maior distribuição territorial dos benefícios da água ao mesmo tempo que apoiam culturas e produções que recuperem os solos e as suas condições de drenagem e reduzam as necessidades hídricas no curto, médio e longo prazo. Os apoios públicos devem servir para adaptar a agricultura e pecuária às alterações climáticas e à seca, para apoiar os milhares de agricultores e agricultoras de pequena dimensão, bem como as suas cooperativas e associações. São eles que abastecem mercados locais e regionais e mantêm o mundo rural vivo, e por isso a sua viabilidade deve ser assegurada, para que garantam a revitalização das condições agroecológicas para as gerações futuras. Isso implica duas mudanças fundamentais: fim da subsídioção do preço da água no sistema global de rega do Alqueva e nos perímetros de rega Tejo e Ribeiras do Oeste, Vouga, Mondego e Lis, e Sado e Mira, onde se dão os maiores consumos de água; e a alteração das regras de acesso a fundos da PAC, assumindo como prioridades modos de produção diversificados e apostados na recuperação de solos e retenção de água, culturas de sequeiro e regadios de outono/inverno que garantem maior produtividade da água e maior cobertura territorial.

No caso da agricultura, da floresta e da pecuária, é necessário apoiar ainda os modelos de produção que travem a erosão hídrica dos solos, garantindo menores perdas de água por escoamento superficial através de maior capacidade de drenagem e armazenamento de água. Para além do investimento no reforço dos profissionais de proteção da floresta, é necessário promover a regeneração de solos agrícolas e florestais, com substancial aumento dos níveis de matéria orgânica do solo. Os fogos florestais, especialmente em monoculturas de eucaliptos, impermeabilizam os terrenos, diminuindo a infiltração para os aquíferos.

A alteração dos modos de produção não deve restringir-se à agricultura, à floresta e à pecuária. Além de impor restrições mais apertadas na produção industrial, é fundamental travar a expansão dos grandes empreendimentos turísticos, como os que estão previstos para o litoral alentejano, impor novas regras de uso eficiente da água nos já existentes e impedir novos usos supérfluos.

3) Redução de perdas de água

Boa parte da água captada tem destino desconhecido, mesmo quando entra em sistemas de distribuição, sobretudo devido a perdas reais que se devem, na maioria dos casos, à reduzida manutenção e reabilitação das condutas de água. Esta situação agravou-se nos últimos anos, de acordo com os dados da Entidade Reguladora, resultando numa

insuficiência com perdas de cerca de 197 milhões de metros cúbicos de água na rede.

A drástica redução das perdas de água é uma transformação estrutural inadiável. Bastaria atingir a meta dos 10% a 15% de perdas no ciclo urbano da água (valores inferiores verificam-se já em muitos países do centro e norte da Europa) para se poder dispensar a construção de dessalinizadoras (altamente poluentes pela introdução de salmoura na zona costeira, afetando pescas, e pelos elevados consumos de combustíveis fósseis).

Os planos de redução de perdas e de eficiência dos sistemas urbanos de abastecimento de água, já projetados nalgumas zonas do sul, como o Algarve, devem ser generalizados a todo o território. Há necessidade de se apoiar o investimento na reabilitação, cadastro e otimização da gestão dos serviços em baixa.

Ao nível autárquico é necessário que sejam criados Planos Estratégicos de Gestão Municipal da Água e nas cidades, além de reduzir perdas, é crucial desenvolver sistemas de reaproveitamento de águas residuais e implementar abordagens baseadas na natureza para criar cidades sustentáveis. Essas 'Cidades Esponja' devem ser capazes de mitigar riscos de enchentes, absorver e armazenar águas pluviais, e minimizar os efeitos de secas e ondas de calor.